

VANZOLINI, Marina. 2015. *A flecha do ciúme. O parentesco e seu avesso segundo os Aweti do Alto Xingu*. Terceiro Nome, São Paulo. 374 p.

Francisco Pazzarelli

Doutor em Ciências Antropológicas

Instituto de Antropología de Córdoba-CONICET

Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

fpazzarelli@hotmail.com

O livro de Marina Vanzolini traz várias coisas para o leitor. Por um lado, *A flecha do ciúme* nos apresenta uma detalhada etnografia sobre as formas em que as relações entre parentes e não parentes são pensadas sob a óptica dos Aweti, povo falante de língua tupi que vive no Alto Xingu. Por outro lado, desenvolve os fazeres da feitiçaria como aqueles que põem em tensão essas redes ao intervir negativamente sobre elas. Finalmente, longe de qualquer interpretação simplista, Vanzolini nos mostra que a feitiçaria, o avesso do parentesco, fabrica as diferenças internas aos grupos sem as quais seria impossível pensar a própria parentela xinguaná. Porém, este percurso assim apresentado não condiz exatamente com a forma, muito mais elegante, na qual os argumentos são colocados no livro. Desde a sua Introdução, se nos alerta sobre a dificuldade de pensar a feitiçaria descolada das experiências que definem a vida cotidiana entre parentes, sejam aqueles definidos pelo compartilhamento cotidiano de substâncias (identificados no regime da “mutualidade do ser”, cf. Sahlins) ou aqueles definidos nas relações de troca (cf. Wagner). Ao longo dos capítulos, essas relações são desenvolvidas com muita maestria pela autora, mostrando que tudo -inclusive o que à primeira vista não parece-, tem uma dobradinha na qual assoma aquele avesso feiticeiro. Como lembra o prefácio de Renato Sztutman: “o Diabo mora nos detalhes”.

O primeiro capítulo do livro nos introduz à complexa questão de compreender quem são (o melhor, quem não são) os feiticeiros: eles não são gente. Para entender isso, é preciso começar com as formas em que noções como “alma” e “corpo” são pensados pelos Aweti e aos modos em que a humanidade se revela como condição, e não como um tipo de natureza – uma que permitiria distinguir classes de seres. O caráter moral dessa condição é importante, e se expressa no cuidado cotidiano dos parentes; uma das melhores oportunidades

para a rede de parentes se manifestar é no cuidado e cura de doentes ou enfeitiçados. Assim, o feiticeiro não pode ser gente porque gente de verdade está preocupada em cuidar aos parentes e não matá-los. Porém, as acusações de feitiçaria sempre caem sobre parentes próximos, porque eles são os únicos que tem poder de influência sobre as vítimas. A condição de humanidade, então, se revela como perspectiva: o feiticeiro não é gente porque no momento de atuar vê as vítimas como não parentes; só assim pode ataca-las.

As técnicas para enfeitiçar são descritas no segundo capítulo e todas elas convergem na necessidade de produzir uma proximidade das pessoas com algum objeto que as faz adoecer. Essa lógica de contágio, porém, opera num duplo sentido, pois a partir do momento que a vítima fica doente estabelece-se uma conexão com o feiticeiro que será utilizada como canal de mão dupla, para fazer o contrafeitiço. Em algum ponto, feiticeiro e enfeitiçado se confundem. Uma relação de proximidade similar à anterior poderia ser reconhecida, por exemplo, naquelas situações onde os espíritos *kat*, motivados pelo desejo, tentam roubar pessoas para produzir uma espécie de consubstancialidade ou parentesco forçado. Porém, a autora salienta um detalhe que separa ambas experiências: os feitiços são humanos e nascem de uma intencionalidade maligna, não tem nenhum desejo aí. O feiticeiro não força o parentesco, o perverte: manipula, com maldade, as operações cotidianas da convivência e compartilhamento de substâncias que dão forma as relações positivas entre parentes próximos.

Essas relações são estudadas no capítulo três, que traz para o leitor uma série de descrições e análises sobre as formas em que as pessoas, e os seus corpos, são alvo das diferentes manipulações que permitem “fazer gente”: teorias sobre a concepção, cuidados das crianças e dos pais, alimentação, administração de remédios, reclusões femininas e masculinas, e uso e manipulação de objetos e bens. Estas relações salientam, por um lado, o caráter influenciável dos corpos por aquilo que está próximo, habilitando os caminhos do parentesco, mas também da feitiçaria. Por outro lado, relevam a possibilidade desses corpos serem manipulados para fabricar naturezas mais específicas; as do corpo do xamã, por exemplo, como mostra a última parte do capítulo. Mas rapidamente fica claro que isso é válido também para o feiticeiro, cuja fabricação é analisada no capítulo, quarto atendendo ao caráter forte do seu corpo, necessário para, entre outras coisas, lançar as flechas do feitiço e chegar às vítimas. Este processo alcança inclusive a nomeação das crianças, que quando recebem nomes de feiticeiros antigos ativam um potencial que pode (embora não seja assim necessariamente) ser atualizado. O interessante é que as técnicas e as capacidades de um feiticeiro se confundem com aquelas dos chefes, uma posição de importância para os povos xinguanos. Porém, capacidade não é a mesma coisa que posição e, como a autora argumenta o feiticeiro reconhece-se por uma posição relacional específica.

O capítulo quinto ocupa-se de explorar essa posição, partindo da ideia de que a feitiçaria é um processo de diferenciação: alguém que era parente passa a ser visto como não parente (250-251). Esse processo torna-se manifesto por causa das acusações das vítimas que começam a debater sobre a origem dos feitiços que estão sofrendo e apontam, embora que implicitamente, para possíveis culpáveis. Os motivos têm a ver, geralmente, com o ciúme-inveja, sentimento complexo que se compreende só num termo da língua Aweti. O relevante, aliás, é que ciúme-inveja só é possível de acontecer entre parentes próximos, no interior daquela comunidade de corpos (mutuamente constituídos) e de desejos (o de ser parentes) que são as famílias. Ou seja, o processo de diferenciação que a feitiçaria provoca

pressupõe a identificação produzida na proximidade do parentesco ao utilizá-la como a sua matéria para operar: as conexões entre os corpos parentes é o primeiro caminho do feitiço.

Sobre essa questão se volta o último capítulo do livro, analisando as formas nas quais as acusações entre parentes tomam lugar. As acusações circulam entre parentes e muitas vezes acabam por quebrar vínculos e obrigando a pessoas ou famílias se deslocarem fora das aldeias, as vezes para sempre. Nessa circulação é importante reconhecer que não há verdades (nem mentiras) absolutas sobre a origem ou motivos dos feitiços e as acusações possuem sempre um valor relativo, vinculado com um determinado ponto de vista.

Neste ponto, a autora retoma as conexões, já anunciadas no início do livro, entre os rituais xinguanos interaldeãos e os processos desencadeados pela feitiçaria. Segundo a sua tese, mediante o ritual os primeiros proporcionam mecanismos de diferenciação que tem a diferença como origem e a identidade como produto: todos os povos passam a compartilhar uma moral xingwana enquanto mantém as suas diferenças e autonomias. A feitiçaria, em cambio, opera sobre o fundo de identidade dos parentes consanguíneos para produzir diferença: o problema é que a diferenciação provocada pelo feitiço não tem direção, limite nem estabilidade nenhuma. A feitiçaria não seria assim uma versão em miniatura dos rituais a grande escala, mas um outro tipo de operação: aquela que, como afirma-se no Epílogo, se revela como uma forma pervertida da guerra. Os feitiços assim vinculam-se com uma constante produção de inimizade interna que promove a fissão das unidades sociais e impede as possibilidades de formação de coletivos mais amplos e ordenações hierárquicas.

Segundo o anterior, poderia se dizer que o percurso proposto pelo livro se constitui numa viagem pelas diferentes dimensões que definem a experiência de vida nas aldeias Aweti, seja nos detalhes mais cotidianos do compartilhamento de comidas e cuidados até nos rituais coletivos que envolvem relações com pessoas de fora. Porém, isso não quer dizer que os fazeres dos feiticeiros estejam aí como uma desculpa circunstancial para entrar na vida xingwana. Pelo contrário, a autora é clara na sua insistência de lembrar ao leitor que a feitiçaria não só trabalha para desfazer parentes, mas também se constitui numas das formas privilegiadas para fabricar diferenças entre as pessoas, para dentro e para fora. Diferenças sem as quais o parentesco não poderia ser pensado.

Em outras palavras, a etnografia de Vanzolini nos lembra que o parentesco (talvez o assunto de conversa mais importante para aqueles que trabalham com povos indígenas), tem sempre um outro lado. E embora esse avesso esteja mais ou menos implícito nas falas (dificultando as vezes o trabalho etnográfico) ou ele seja fonte (e alvo) de perigos, fofocas e acusações, os Aweti nos ensinam que ele é incontornável. Neste ponto, o livro constitui um aporte para pensar uma teoria indígena da feitiçaria que, na verdade, aponta para uma teoria indígena do humano. Ou como sugere a autora, para pensar a feitiçaria como antropologia.

Recebido em 21 jul. 2017.

Aceito em 30 ago. 2017.